

Alerta Legislação nº 10, de 8 a 13 mar. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 14.125, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.124, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 17.344, DE 11 DE MARÇO DE 2021

(Projeto de lei nº 40, de 2021, do Deputado Vinícius Camarinha - PSB)

Dispõe sobre instituição do Programa Estadual de Apoio à Oncologia Infantil e Enfermidades Correlacionadas - PRO-ONCOLOGIA INFANTIL e dá outras providências

LEI Nº 17.341, DE 11 DE MARÇO DE 2021

(Projeto de lei nº 391, de 2019, do Deputado Vinícius Camarinha - PSB)

Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências

LEI Nº 17.340, DE 11 DE MARÇO DE 2021

(Projeto de lei nº 1012, de 2015, do Deputado André do Prado - PR)

Dispõe sobre a proibição, nas unidades escolares de educação básica, da comercialização de alimentos industrializados que contenham gorduras trans

LEI Nº 17.337, DE 09 DE MARÇO DE 2021

(Projeto de lei nº 647, de 2020, da Deputada Dra. Damaris Moura - PSDB)

Dispõe sobre a capacitação escolar de crianças e adolescentes para identificação e prevenção de situações de violência intrafamiliar e abuso sexual e dá outras providências

LEI Nº 17.336, DE 09 DE MARÇO DE 2021

(Projeto de lei nº 346, de 2020, do Deputado Heni Ozi Cukier - NOVO)

Estabelece penalidades administrativas aos agentes públicos que cometerem atos de corrupção e improbidade envolvendo recursos e bens destinados ao

enfrentamento de pandemias e/ou calamidade pública

LEI Nº 17.335, DE 09 DE MARÇO DE 2021

(Projeto de lei nº 837, de 2019, do Deputado Bruno Ganem - PODE)

Concede atendimento prioritário às pessoas em tratamento oncológico nos estabelecimentos que especifica e dá outras providências

DECRETO Nº 65.563, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Institui medidas emergenciais, de caráter temporário e excepcional, destinadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, e dá providências correlatas

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 60.118, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a adoção de providências objetivando mitigar a propagação da COVID-19 e o reforço das medidas de isolamento social, conforme estabelecido pelo [Decreto Estadual 65.563, de 11 de março de 2021](#).

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
12/03/2021	<u>DECRETO Nº 10.646, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. <u>DECRETO Nº 10.645, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.
11/03/2021	<u>DECRETO Nº 10.644, DE 10 DE MARÇO DE 2021</u> Prorroga o prazo de inventariança da extinta empresa binacional Alcântara <i>Cyclone Space</i> e altera o Decreto nº 9.581, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre a extinção da empresa binacional Alcântara <i>Cyclone Space</i> e organiza os trabalhos de sua inventariança.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2021</u> (*) Aprova o texto da Decisão Ministerial sobre Competição nas Exportações (WT/MIN(15)/45*WT/L/980), acordada pelos Estados membros na 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 19 de dezembro de 2015, na cidade de Nairóbi. (*) O texto da Decisão Ministerial acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 22/12/2020.

	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.014, de 4 de dezembro de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre a organização básica da Polícia Civil do Distrito Federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 9 de março de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.013, de 3 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 4, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, para prorrogar o prazo de recebimento de gratificações por servidores ou por empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 9 de março de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2021</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.012, de 1º de dezembro de 2020, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura - PNC e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, para ampliar o prazo de vigência do PNC", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 9 de março de 2021 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.125, DE 10 DE MARÇO DE 2021</u> Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Mensagem de veto <u>LEI Nº 14.124, DE 10 DE MARÇO DE 2021</u> Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de

	logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. <u>LEI Nº 14.123, DE 10 DE MARÇO DE 2021</u> Altera a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, e prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS → Conselho Diretor <u>PORTARIA Nº 1, DE 8 DE MARÇO DE 2021</u> Estabelece o Regimento Interno da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA → Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 15, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. <u>ATO Nº 14, DE 2 DE MARÇO DE 2021</u> 1. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto ATRAZINA ALTA 500 SC, registro nº 03721, para marca comercial FORTAN 500, conforme processo nº 21000.015102/2021-32. (...)
Ministério da Cidadania	CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO CNAS/MC Nº 29, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Aprova recomendações de aprimoramento ao Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GABMI Nº 4.532, DE 5 DE MARÇO DE 2021</u> Institui a Iniciativa Brasileira de Fotônica (IBFóton). COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN <u>RESOLUÇÃO Nº 271, DE 5 DE MARÇO DE 2021</u> Aprova a Norma CNEN NN 5.01, que estabelece requisitos de segurança e proteção radiológica para o transporte de materiais radioativos.

Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL → Conselho de Controle de Atividades Financeiras <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COAF Nº 6, DE 10 DE MARÇO DE 2021</u> Estabelece parâmetros para que se admita a dispensa prevista no art. 13 da Resolução nº 36, de 10 de março de 2021, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf. <u>RESOLUÇÃO COAF Nº 36, DE 10 DE MARÇO DE 2021</u> Disciplina a forma de adoção de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa que permitam o atendimento ao disposto nos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, por aqueles que se sujeitem, nos termos do seu art. 14, § 1º, à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM <u>RESOLUÇÃO CVM Nº 24, DE 5 DE MARÇO DE 2021</u> Aprova o Regimento Interno da Comissão de Valores Mobiliários. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO <u>PORTARIA Nº 42, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Aprova a Instrução Normativa Inmetro para a Classificação de Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas (INI-C) que aperfeiçoa os Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C), especificando os critérios e os métodos para a classificação de edificações comerciais, de serviços e públicas quanto à sua eficiência energética. SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO <u>PORTARIA SEDDM/SPU/ME Nº 2.519, DE 2 DE MARÇO DE 2021</u> Institui o Programa Regulariza+ e dispõe sobre seus objetivos e forma de implementação SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA → Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 8, DE 10 DE MARÇO DE 2021</u> Altera o Ato COTEPE/PMPF 07/21, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 7, DE 9 DE MARÇO DE 2021</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.
Ministério da Infraestrutura	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Define critérios para a classificação de empreendimentos em média

	e grande relevância para a disseminação do <i>Building Information Modelling</i> - BIM, nos termos do Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020. <u>PORTARIA Nº 47, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Disciplina a celebração, prorrogação, renovação e o aditamento de contratos não onerosos que envolvam a cessão de espaços nos complexos aeroportuários incluídos no Plano Nacional de Desestatização - PND ou qualificados para parcerias no Programa de Parcerias e Investimentos - PPI.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 103, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Institui Grupos de Trabalho relativos às áreas de atuação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública. CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CNIG CONARE MJSP Nº 2, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre a alteração do prazo de residência na forma do art. 142, § 3º do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.
Ministério das Comunicações	
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 431, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Autoriza leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios. <u>PORTARIA GM/MS Nº 398, DE 8 DE MARÇO DE 2021</u> Altera o prazo estabelecido no § 1º, do art. 3º, da Portaria GM/MS nº 3.896, de 30 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados e Distrito Federal, para o enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo Coronavírus. <u>PORTARIA MS Nº 347, DE 5 DE MARÇO DE 2021</u> Institui o Comitê Interno de Governança do Ministério da Saúde CIG-MS AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO RDC Nº 477, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 456, de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional decorrente do surto do

novo coronavírus - SARS-CoV-2.

RESOLUÇÃO RDC Nº 476, DE 10 DE MARÇO DE 2021 (*)

Estabelece os procedimentos e requisitos para submissão de pedido de autorização excepcional e temporária para importação e distribuição de medicamentos e vacinas contra Covid19 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2), nos termos da [Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021](#).

(*) Republicada conforme aprovado em Circuito Deliberativo - CD_DN 218/2021, original publicado no Diário Oficial da União Edição Extra nº 47-A, de 11 de março de 2021, Seção 1, pág. 2 a 4.

RESOLUÇÃO RDC Nº 475, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Estabelece os procedimentos e requisitos para submissão de pedido de autorização temporária de uso emergencial (AUE), em caráter experimental, de medicamentos e vacinas para Covid-19 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Gerência-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos

RESOLUÇÃO RE Nº 1.074, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir condicionalmente petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

(...)

GILEAD SCIENCES FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA
15670288000189 - RENDESIVIR

(...)

RESOLUÇÃO RE Nº 1.073, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir condicionalmente petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

(...)

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100 - VACINA
COVID-19 (RECOMBINANTE)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135 - VACINA COVID-19
(RECOMBINANTE)

(...)

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA SAES/MS Nº 190, DE 4 DE MARÇO DE 2021(*)

Altera o sítio que disponibiliza os arquivos dos protocolos clínicos e diretrizes diagnósticas e terapêuticas publicados pelo Ministério da Saúde.

(*) Republicada por ter saído, no Diário Oficial da União nº 44, de 8 de março de 2021, Seção 1, página 110, com incorreção no original.

PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Leucemia Mieloide Crônica do Adulto.

	SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 7, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Torna pública a decisão de incorporar a tafenoquina para tratamento de pacientes com malária por Plasmodium vivax condicionada à apresentação de dados de mundo real ao final do estudo. SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 1, DE 4 DE MARÇO DE 2021</u> Consolidação das normas sobre gestão do trabalho e da educação na saúde
Ministério Público da União	MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS → Conselho Superior <u>RESOLUÇÃO Nº 270, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Dispõe sobre o Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos (NCyber), e dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
13/03/2021	<u>LEI Nº 17.348, DE 12 DE MARÇO DE 2021</u> Altera a Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação <u>LEI Nº 17.347, DE 12 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 1027, de 2019, da Deputada Marina Helou - REDE) Institui a Política Estadual pela Primeira Infância de São Paulo <u>LEI Nº 17.346, DE 12 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 854, de 2019, da Deputada Dra. Damaris Moura - PHS) Institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo e dá outras providências <u>LEI Nº 17.345, DE 12 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 657, de 2019, da Deputada Carla Morando - PSDB) Dispõe sobre a cessão de armamento da Polícia Militar e da Polícia Civil aos servidores das Guardas Cíveis Metropolitanas do Estado de São Paulo <u>DECRETO Nº 65.565, DE 12 DE MARÇO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 65.298, de 18 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APMs

12/03/2021	<u>LEI Nº 17.344, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 40, de 2021, do Deputado Vinícius Camarinha - PSB) Dispõe sobre instituição do Programa Estadual de Apoio à Oncologia Infantil e Enfermidades Correlacionadas - PRO-ONCOLOGIA INFANTIL e dá outras providências <u>LEI Nº 17.343, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 688, de 2020, dos Deputados Maurici - PT e Alex de Madureira - PSD) Institui a campanha "Dezembro Verde" - Não ao Abandono de Animais no Estado de São Paulo <u>LEI Nº 17.342, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 994, de 2019, do Deputado Sergio Victor - NOVO) Altera a Lei nº 1.093, de 22 de setembro de 1976, modificada pela Lei 16.871, de 14 de dezembro de 2018, que autoriza a instalação de postos ou estabelecimentos destinados à venda de produtos hortifrutigranjeiros nas faixas de estradas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e em terrenos contíguos <u>LEI Nº 17.341, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 391, de 2019, do Deputado Vinícius Camarinha - PSB) Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências <u>LEI Nº 17.340, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 1012, de 2015, do Deputado André do Prado - PR) Dispõe sobre a proibição, nas unidades escolares de educação básica, da comercialização de alimentos industrializados que contenham gorduras trans <u>DECRETO Nº 65.563, DE 11 DE MARÇO DE 2021</u> Institui medidas emergenciais, de caráter temporário e excepcional, destinadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, e dá providências correlatas
11/03/2021	<u>DECRETO Nº 65.562, DE 10 DE MARÇO DE 2021</u> Cria o 14º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (14º BAEP), sediado em Sorocaba, altera a redação de dispositivos do Decreto nº 65.096, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
10/03/2021	<u>LEI Nº 17.337, DE 09 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 647, de 2020, da Deputada Dra. Damaris Moura - PSDB) Dispõe sobre a capacitação escolar de crianças e adolescentes para identificação e prevenção de situações de violência intrafamiliar e abuso sexual e dá outras providências <u>LEI Nº 17.336, DE 09 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 346, de 2020, do Deputado Heni Ozi Cukier - NOVO) Estabelece penalidades administrativas aos agentes públicos que cometerem atos de corrupção e improbidade envolvendo recursos e

	bens destinados ao enfrentamento de pandemias e/ou calamidade pública <u>LEI Nº 17.335, DE 09 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 837, de 2019, do Deputado Bruno Ganem - PODE) Concede atendimento prioritário às pessoas em tratamento oncológico nos estabelecimentos que especifica e dá outras providências <u>LEI Nº 17.334, DE 09 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 626, de 2019, do Deputado Jorge Caruso - MDB) Dá nova redação ao artigo 1º da <u>Lei nº 13.226, de 7 de outubro de 2008</u>, que institui no âmbito do Estado de São Paulo o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de <i>telemarketing</i>
09/03/2021	<u>DECRETO Nº 65.557, DE 8 DE MARÇO DE 2021</u> Institui o Programa Estadual de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Econômico e Social - EMPREENDA RÁPIDO, o Projeto Estadual de Apoio ao Empreendedorismo Feminino - EMPREENDA MULHER, o Projeto Estadual de Apoio ao Afroempreendedorismo - PEAFFRO e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 17, DE 10-03-2021</u> Estabelece os critérios técnicos para implementação e participação dos Municípios Paulistas através do Programa "Cidadania no Campo – Rotas Rurais"
Fazenda e Planejamento (SFP)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT-13, DE 12-3-2021</u> Dispõe sobre o arquivo relativo à tabela de preços sugeridos para as operações com veículos automotores, sujeitas à substituição tributária
Governo (SG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SG/SPOG/SDR/SERI/CC/CM-1, DE 12-3-2021</u> Dispõe sobre a implantação do teletrabalho, no âmbito do Palácio dos Bandeirantes, e dá providências correlatas
Projetos, Orçamento e Gestão (SPOG)	SUBSECRETARIA DE GESTÃO → Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado <u>COMUNICADO CONJUNTO CAF/CRHE-1, DE 1º-3-2021</u> Divulga o índice acumulado do IPC/FIPE referente ao exercício de 2020, para fins de reajuste do valor do Adicional de Insalubridade.

Procuradoria Geral do Estado (PGE)	ÁREA DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL <u>PORTARIA SUBG-CTF-4, DE 8-3-2021</u> Dá nova redação à Portaria SubGCTF-2/2019 e regulamenta a Resolução PGE-14, de 7 de maio de 2018, que dispõe sobre a interposição de recursos judiciais junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 39 DE 10-3-2021</u> Dispõe sobre o Teto Financeiro de Alta Complexidade Hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SS - 38, DE 9-3-2021</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, originários da Portaria GM/MS 3.896, de 30-12-2020, para o enfrentamento das demandas assistências geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo Coronavírus, e dá providências correlatas COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO DE 8-3-2021</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite de São Paulo – CIB/SP, em sua 308ª reunião ordinária realizada em 11-02-2021 aprova a distribuição do recurso financeiro em pauta utilizando-se os seguintes critérios e parâmetros abaixo descritos: (...)
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG-8066, DE 9-3-2021</u> Define procedimentos para a realização de matrícula em cursos de graduação em 2021, em caráter excepcional, de candidatos que concluíam o Ensino Médio do ano-letivo de 2020 no ano-calendário de 2021, tendo em vista a reorganização do Calendário Escolar, em razão da pandemia da Covid-19 (Novo Coronavírus Sars-CoV-2)
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
13/03/2021	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1086, DE 2019</u> Mensagem A-nº 048/2021 do Senhor Governador do Estado (...) De origem parlamentar, a propositura busca proibir o comércio de animais em logradouros públicos, como praças, vias de circulação, feiras-livres e afins, fixa multa pelo seu descumprimento, autoriza

que os recursos obtidos com as multas sejam repassados a entidades ou utilizados em programas que especifica, atribui a fiscalização e a aplicação das multas aos órgãos estaduais competentes, ao Ministério Público e às Polícias Militar e Civil, e revoga o inciso VI do artigo 2º da [Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005](#).

(...)

[DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 5](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1027, DE 2019

Mensagem A-nº 047/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

O projeto, de iniciativa parlamentar, institui a Política Estadual pela Primeira Infância, assim considerada como o período que abrange que os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

(...)

[DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 5](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 854, DE 2019

Mensagem A-nº 046/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, o projeto dispõe sobre a liberdade religiosa no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

(...)

[DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 5](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 657, DE 2019

Mensagem A-nº 045/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição dispõe sobre a cessão de armamentos utilizados em serviço pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, por ocasião de sua troca, preferencialmente, aos servidores das guardas municipais (artigo 1º), condicionando-a ao cumprimento dos ditames estabelecidos na [Lei federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#) – Estatuto do Desarmamento (artigo 2º) e fixando as providências para registro das armas cedidas (artigo 3º).

(...)

[DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 5](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 144, DE 2021

Estabelece as Academias de Artes Marciais como atividade essencial à saúde em período de emergência ou calamidade pública, no âmbito do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 143, DE 2021

Institui o auxílio emergencial mensal aos profissionais liberais, autônomos e empregados, impedidos de desempenhar suas funções por determinação de paralisação das atividades consideradas não essenciais.

[DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 7](#)

PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2021

Proíbe a lotação em ônibus intermunicipais no Estado de São Paulo, enquanto perdurar o período de pandemia do novo coronavírus, e

	dá outras providências. DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 141, DE 2021</u> Institui o Dia Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LBTQIA+ e periféricas DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 140, DE 2021</u> Institui a “Política Pública para prevenção de reincidência nos casos de violência doméstica contra a mulher, com a criação de cadastro para utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo agressor nas garantias de efetividade das medidas protetivas de urgência”, no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 6 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA ATO GP Nº 05/2021 SEI Nº 0003769/2021-12 Dispõe sobre adoção exclusiva do regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 13/03/2021, p. 12
12/03/2021	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 40, DE 2021</u> Mensagem A-nº 044/2021 do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a propositura institui o Programa Estadual de Apoio à Oncologia Infantil e Enfermidades Correlacionadas - PRO-ONCOLOGIA INFANTIL, visando a prevenção e o combate ao câncer infantil (artigo 1º, “caput”), prevendo a promoção da informação, a pesquisa, o rastreamento, o diagnóstico, o tratamento, os cuidados paliativos e a reabilitação referentes às neoplasias malignas e afecções correlatas (artigo 1º, parágrafo único), e visando o repasse estadual às ações e serviços de atenção oncológica infantil e enfermidades correlacionadas desenvolvidos por instituições de prevenção e combate ao câncer infantil (artigo 2º). (...) DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 9 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 643, DE 2020</u> Mensagem A-nº 043/2021 do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a propositura dispõe sobre a criação do Programa <i>eSports Arena</i>, destinado à concessão de bolsas de estudo integral para estudantes de cursos especializados em esportes eletrônicos promovidos por instituições públicas e privadas (artigo 1º, “caput”). (...) DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 9 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 576, DE 2020</u> Mensagem A-nº 042/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

O projeto, de iniciativa parlamentar, estabelece que "fica a religiosidade admitida nas políticas públicas destinadas a abordagem, recepção, recolhimento, encaminhamento, tratamento, recuperação e ressocialização de dependentes químicos, respeitada a orientação religiosa de cada indivíduo" (artigo 1º). Além disso, a proposição autoriza a criação, pelo Poder Executivo, de uma "Central Inter-religiosa, destinada a recepção, avaliação e encaminhamento de dependentes químicos" (artigo 2º), dispõe sobre a operacionalização da medida (artigo 3º) e sua regulamentação (artigo 4º).

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 9](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 575, DE 2020

Mensagem A-nº 041/2021 do Senhor Governador do Estado
São Paulo, 11 de março de 2021

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição proíbe o acorrentamento de animais de porte doméstico, de modo a impedir a sua livre mobilidade, definida como "a possibilidade de o animal caminhar, alimentar-se e, até mesmo, realizar funções essenciais à sua sobrevivência". Em caso de descumprimento, fixa multa correspondente a 1.000 (mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP por animal, aplicada em dobro caso apresentar sequela ou feridas em face do acorrentamento e em triplo se o infrator for reincidente (artigos 1º e 2º).

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 9](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 361, DE 2020

Mensagem A-nº 040/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição busca, em síntese, obrigar o Poder Executivo a "dar publicidade à ordem de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos ofertados pela Central de Regulação de Oferta de Serviço de Saúde - CROSS e unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Estado de São Paulo" (artigo 1º, "caput") e a conferir os parâmetros para a execução dessa medida (§§ 1º a 3º do artigo 1º e artigos 2º a 8º).

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 8](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 952, DE 2019

Mensagem A-nº 039/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

A proposição, de iniciativa parlamentar, busca instituir a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais.

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 8](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 891, DE 2019

Mensagem A-nº 038/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De origem parlamentar, a proposta autoriza o Poder Executivo a Instituir o Programa Estadual de Alimentação Escolar no âmbito das unidades de educação básica da rede pública estadual de ensino.

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 8](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 865, DE 2019

Mensagem A-nº 037/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva autorizar a instalação de câmeras de reconhecimento facial em todas as estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, bem como no interior dos vagões das composições, e fixa outras providências.

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 8](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 391, DE 2019

Mensagem A-nº 036/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva estabelecer normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências.

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 8](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 251, DE 2019

Mensagem A-nº 035/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição busca, em síntese, determinar que, “nos boletins de ocorrência, registros digitais de ocorrências e inquéritos policiais deve ser adotado, de ofício, aos agentes integrantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado e aos agentes da Secretaria de Administração Penitenciária, sigilo quanto a seus dados e informações pessoais, restritos ao interesse do Ministério Público e da Justiça” (artigo 1º, “caput”), detalhar os parâmetros para o cumprimento dessa medida (§§ 1º e 2º do artigo 1º e artigos 2º e 3º) e definir sua vigência (artigo 4º).

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 7](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 581, DE 2016

Mensagem A-nº 034/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição dispõe sobre a comercialização de produtos não disponíveis em estoque e dá outras providências.

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 7](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 446, DE 2016

Mensagem A-nº 033/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição busca impor aos serviços públicos de saúde, bem como às entidades conveniadas e contratadas ou às que de qualquer forma recebam recursos do tesouro do Estado na área da saúde, o dever de disponibilizar, em suas páginas de internet, a relação com o endereço de suas unidades de saúde prestadoras de serviços de pronto atendimento, urgências, emergências, clínicas e ambulatoriais (artigo 1º, “caput”), devendo constar, ainda, os nomes dos médicos e dos profissionais da saúde, as especialidades e os horários de prestação

dos serviços, além do telefone e do endereço de e-mail da Ouvidoria da Secretaria de Estado da Saúde e da Ouvidoria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (artigo 1º, parágrafo único) com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à escala dos profissionais da saúde (artigo 2º), sob pena de o paciente ter a faculdade de encaminhar reclamação às Ouvidorias da Secretaria de Estado da Saúde e da Assembleia Legislativa, que averiguarão a ocorrência (artigo 2º, parágrafo único). O artigo 3º, por sua vez, prevê que a lei será regulamentada pela Secretaria de Estado da Saúde.

(...)

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 7](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 657, DE 2007

Mensagem A-nº 032/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De origem parlamentar, a propositura busca determinar que os hospitais estaduais, quando legalmente autorizados à prática abortiva de feto humano, antes da efetivação do procedimento, deverão aplicar à gestante e, quando for o caso, aos seus representantes legais, programa que os informe e oriente sobre os métodos utilizados no aborto e os seus efeitos (artigo 1º). O projeto estabelece diretrizes para a sua aplicação (artigo 2º), dispõe sobre a possibilidade da presença de ministro religioso durante a apresentação do programa (artigo 3º), prevê a necessidade de comunicação da aplicação do programa ao Juizado da Criança e do Adolescente (artigo 4º), institui o dever de registro da aplicação do programa na ficha de atendimento da paciente (artigo 5º) e dispõe sobre a cominação de sanção pecuniária pelo descumprimento da lei (artigo 6º).

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 7](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 138, DE 2021

Altera a [Lei nº 13.550, de 02 de junho de 2009](#), que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado e dá providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 12/03/2021, p. 9](#)

11/03/2021

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 80, DE 2020

Mensagem A-nº 031/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura determina a obrigatoriedade de afixação de dispensadores de álcool gel antisséptico modelo 70º nos veículos que realizam transporte intermunicipal no Estado de São Paulo (artigo 1º), detalhando os pontos internos em que devem ser afixados (artigo 2º) e as modalidades de transporte coletivo às quais a norma se aplica (artigo 3º).

(...)

[DOE, Legislativo, 11/03/2021, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 969, DE 2019

Mensagem A-nº 030/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, o projeto busca instituir o Programa

	Censo de Pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista – e de seus familiares (família nuclear) e seu cadastramento, no âmbito do Estado, com o objetivo de identificar, mapear e cadastrar o perfil sócio-econômico-étnico-cultural das pessoas com TEA e seus familiares, com vistas ao direcionamento das políticas públicas de saúde, educação, trabalho e lazer desse segmento social (artigo 1º). O projeto também detalha as providências para a sua implantação, bem como trata sobre medidas decorrentes (artigo 2º e seguintes). (...) DOE, Legislativo, 11/03/2021, p. 5 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 136, DE 2021</u> Dispõe sobre medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas contra a Covid-19. DOE, Legislativo, 11/03/2021, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 135, DE 2021</u> Dispõe sobre a suspensão do cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas no âmbito do Estado de São Paulo que resultem em despejo, desocupações ou remoções forçadas enquanto perdurar a pandemia e seus impactos causada pelo agente coronavírus (covid-19). DOE, Legislativo, 11/03/2021, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 134, DE 2021</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo e Estímulo ao Empreendedorismo Social e aos Negócios de Impacto Social (NIS). DOE, Legislativo, 11/03/2021, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 133, DE 2021</u> Cria o Cadastro Estadual de Informações para o Combate à Violência contra a Mulher. DOE, Legislativo, 11/03/2021, p. 5
10/03/2021	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 713, DE 2020</u> Mensagem A-nº 029/2021 do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a proposta estabelece diretrizes para o acolhimento de alunos da educação especial nas escolas da rede estadual de ensino (artigos 1º a 4º), determinando, ainda, a criação do programa “Monitor Amigo” (artigo 5º) e do programa de atividade complementar a ser desempenhado mediante convênio com instituições de ensino para estudantes de psicologia (artigo 6º). (...) DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 6 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 640, DE 2020</u> Mensagem A-nº 028/2021 do Senhor Governador do Estado (...) De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva obrigar os hospitais e maternidades, públicos e privados, a prestar aos pais, mães ou responsáveis legais por recém-nascidos, orientações e

treinamento para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção de morte súbita de recém-nascidos. A medida determina, também, a participação obrigatória dos pais, mães ou responsáveis legais na capacitação oferecida pelos hospitais e maternidades.

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 6](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 436, DE 2020

Mensagem A-nº 027/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta autoriza a distribuição de computadores portáteis, acompanhados de acesso gratuito à internet, aos quadros discente e docente da rede pública do Estado, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado no Estado em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e dá outras providências (artigo 1º).

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 6](#)

VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 346, DE 2020

Mensagem A-nº 026/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De origem parlamentar, a propositura objetiva estabelecer penalidades ao agente público, servidor ou não, vinculado a qualquer dos Poderes do Estado, que cometer os atos ilícitos previstos na [Lei federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#) (Lei de Improbidade Administrativa), praticando malversação de bens ou recursos destinados ao enfrentamento de pandemias ou de estados de calamidade pública (artigo 1º).

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 6](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1190, DE 2019

Mensagem A-nº 025/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De origem parlamentar, o projeto obriga os profissionais de saúde que atuam em serviços de saúde públicos e privados a registrar casos de violência contra a mulher no prontuário médico, para fins de estatística e prevenção dessa forma de agravo (artigos 1º e 2º, "caput").

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 6](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1114, DE 2019

Mensagem A-nº 024/2021 do Senhor Governador do Estado

(...)

De origem parlamentar, a propositura objetiva, em linhas gerais, instituir o Programa SP Prato Vegano, destinado a propiciar à população do Estado de São Paulo alimentação vegana e vegetariana, a preços populares (artigos 1º e 2º), diretamente pelo Poder Executivo ou mediante parceria com entidades da sociedade civil e empresas privadas (artigo 3º). Além disso, o projeto prevê a concessão de benefício fiscal, na forma de redução de até 20% (vinte por cento) nos tributos estaduais que incidirem sobre os produtos e serviços comercializados pelas empresas que atuarem no programa (artigo 4º).

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 5](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 837, DE 2019

Mensagem A-nº 023/2021 do Senhor Governador do Estado
(...)

De origem parlamentar, o projeto determina a disponibilização de atendimento prioritário a pacientes oncológicos, pelos estabelecimentos públicos estaduais, comerciais, de prestação de serviços e agências bancárias (artigo 1º).

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 735, DE 2019

Mensagem A-nº 022/2021 do Senhor Governador do Estado
(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o "Cadastro Estadual de Sangue", que deverá englobar, em sua base de dados, todos os sangues coletados em hemocentros e bancos de sangue dos hospitais do Estado de São Paulo, para controle e distribuição (artigo 1º).

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 5](#)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 626, DE 2019

Mensagem A-nº 021/2021 do Senhor Governador do Estado
(...)

De origem parlamentar, a propositura dá nova redação ao artigo 1º da [Lei nº 13.226, de 7 de outubro de 2008](#), que instituiu o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de *telemarketing*.

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 463, DE 2019

Mensagem A-nº 020/2021 do Senhor Governador do Estado
(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta assegura ao aluno com deficiência prioridade na matrícula em escola pública estadual mais próxima de sua residência (artigo 1º), estabelecendo que lhe será reservada vaga nesse estabelecimento escolar (parágrafo único do artigo 4º).

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 414, DE 2019

Mensagem A-nº 019/2021 do Senhor Governador do Estado
(...)

De iniciativa parlamentar, o projeto em questão tem por objetivo regulamentar o atendimento remoto do profissional farmacêutico nas hipóteses que especifica. As hipóteses identificadas pelo Legislador para tal atendimento estão identificadas no projeto (artigo 2º). Há previsão, também, quanto ao uso de plataformas tecnológicas para tal atendimento remoto (artigo 3º), bem como as maneiras de comunicação a respeito de tal modalidade de atendimento ao consumidor (artigos 4º e 5º).

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 5](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 355, DE 2019

Mensagem A-nº 018/2021 do Senhor Governador do Estado (...)

De origem parlamentar, a proposta impõe a disponibilização de leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal pelas redes pública e privada de saúde.

(...)

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 4](#)

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 131, DE 2021

Altera a [Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005](#), que institui o Código de Proteção aos Animas do Estado de São Paulo, para incluir a Seção VII - Do Adestramento, e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 7](#)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG Nº 14/2021

Questionário – Educação

Ações de enfrentamento adotadas em 2020

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que se encontra disponível o "Questionário de Ensino" para preenchimento pelas Prefeituras Municipais.

O preenchimento eletrônico das informações do "Questionário de Ensino" deverá ocorrer até o dia 31 de março de 2021, relativo ao exercício de 2020, nos termos dispostos no referido questionário.

O questionário é elemento de subsídio ao exame das Contas Anuais, sujeito à validação pela Fiscalização e poderá ser divulgado por este Tribunal, devendo corresponder fielmente às informações contidas nos respectivos processos na origem.

Informamos que os Gestores dos Órgãos/Entidades no Sistema de Delegações são os responsáveis pelo cadastramento e concessão de acesso dos usuários aos questionários.

O referido sistema pode ser acessado por meio do endereço eletrônico <https://www4.tce.sp.gov.br/sistema-de-delegacoes-de-responsabilidades> ou via Portal Sistemas do TCE SP.

Ao acessar o sistema, o usuário deve clicar no ícone "Questionário de Ensino" para o seu preenchimento. Caso o ícone não esteja visível, o usuário deverá entrar em contato com o Gestor do Sistema de Delegações de Responsabilidade do seu Órgão/Entidade para a liberação no papel "Entrevistado".

Para os Órgãos/Entidades sem o Gestor cadastrado, deverão ser observadas as instruções do Comunicado SDG n.º 43/2015. Para tanto, deverá ser encaminhado, pelo canal "Fale Conosco", um ofício digitalizado, devidamente assinado pela autoridade competente, contendo o nome completo, CPF, cargo efetivo, data da admissão e o e-mail institucional do servidor que será cadastrado como usuário "Gestor do Órgão".

As dúvidas relacionadas ao envio das informações do "Questionário de Ensino" devem ser encaminhadas pelo canal "Fale Conosco" do Sistema AUDESP, disponível na página <https://www4.tce.sp.gov.br/chamados>, utilizando-se o seguinte tópico de ajuda: "Questionário de Ensino".

SDG, em 08 de março de 2021.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI

SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

[DOE, Legislativo, 10/03/2021, p. 20](#)

09/03/2021

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 130, DE 2021

Dispõe sobre o Programa Estadual de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher.

[DOE, Legislativo, 09/03/2021, p. 4](#)

PROJETO DE LEI Nº 129, DE 2021

Considera as academias de todas as modalidades esportivas como atividade essencial no Estado de São Paulo e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 09/03/2021, p. 4](#)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG Nº 14/2021

Questionário – Educação

Ações de enfrentamento adotadas em 2020

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que se encontra disponível o "Questionário de Ensino" para preenchimento pelas Prefeituras Municipais.

O preenchimento eletrônico das informações do "Questionário de Ensino" deverá ocorrer até o dia 31 de março de 2021, relativo ao exercício de 2020, nos termos dispostos no referido questionário.

O questionário é elemento de subsídio ao exame das Contas Anuais, sujeito à validação pela Fiscalização e poderá ser divulgado por este Tribunal, devendo corresponder fielmente às informações contidas nos respectivos processos na origem.

Informamos que os Gestores dos Órgãos/Entidades no Sistema de Delegações são os responsáveis pelo cadastramento e concessão de acesso dos usuários aos questionários.

O referido sistema pode ser acessado por meio do endereço eletrônico <https://www4.tce.sp.gov.br/sistema-de-delegacoes-de-responsabilidades> ou via Portal Sistemas do TCESP.

Ao acessar o sistema, o usuário deve clicar no ícone "Questionário de Ensino" para o seu preenchimento. Caso o ícone não esteja visível, o usuário deverá entrar em contato com o Gestor do Sistema de Delegações de Responsabilidade do seu Órgão/Entidade para a liberação no papel "Entrevistado".

Para os Órgãos/Entidades sem o Gestor cadastrado, deverão ser observadas as instruções do Comunicado SDG n.º 43/2015. Para tanto, deverá ser encaminhado, pelo canal "Fale Conosco", um ofício digitalizado, devidamente assinado pela autoridade competente, contendo o nome completo, CPF, cargo efetivo, data da admissão e o e-mail institucional do servidor que será cadastrado como usuário "Gestor do Órgão".

As dúvidas relacionadas ao envio das informações do "Questionário de Ensino" devem ser encaminhadas pelo canal "Fale Conosco" do Sistema AUDESP, disponível na página <https://www4.tce.sp.gov.br/chamados>, utilizando-se o seguinte tópico de ajuda: "Questionário de Ensino".

SDG, em 08 de março de 2021.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI

SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

[DOE, Legislativo, 09/03/2021, p. 21](#)

	<u>COMUNICADO SDG Nº 13/2021</u> (Questionário – Gestão de Enfrentamento do COVID-19) O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos responsáveis pelos órgãos públicos a seguir listados, que se encontram em situação de inadimplência quanto ao preenchimento eletrônico do Questionário da “Gestão de Enfrentamento do COVID-19”, relativo ao mês de competência Fevereiro/2021, conforme determinação contida no Comunicado SDG nº 06/2021, publicado no DOE de 27.1.2021. A regularização deverá ser solicitada por meio do canal “Fale Conosco” do Sistema AUDESP, disponível na página https://www4.tce.sp.gov.br/chamados, no prazo de até 48(quarenta e oito) horas, utilizando-se o seguinte tópico de ajuda: “Gestão de Enfrentamento do COVID-19”. O descumprimento das exigências legais, além de ser objeto de apuração em autos específicos, poderá ensejar aplicação da multa prevista no inciso VI do artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993, comunicação ao Ministério Público do Estado, sem prejuízo de outras providências que os eminentes Conselheiros deliberarem na condição de Relatores dos processos de Contas Anuais. SDG, em 08 de março de 2021. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 09/03/2021, p. 21
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
13/03/2021	<u>DECRETO Nº 60.118, DE 12 DE MARÇO DE 2021</u> Dispõe sobre a adoção de providências objetivando mitigar a propagação da COVID-19 e o reforço das medidas de isolamento social, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual 65.563, de 11 de março de 2021. SUPLEMENTO EDITAIS FAZENDA <u>DEPARTAMENTO DE CADASTROS - DECAD</u> EDITAL 002/21 - EDITAL DE NOTIFICACAO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO((CL))
10/03/2021	<u>DECRETO Nº 60.113, DE 9 DE MARÇO DE 2021</u> Autoriza, em caráter excepcional, a manutenção em atividade, no ano de 2021, de veículos vinculados ao serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros previsto no Decreto nº 56.981, de 10 de maio de 2016, com idade de fabricação de até 9 (nove) anos, e dá outras providências.

09/03/2021

DECRETO Nº 60.111, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Regulamenta a [Lei nº 17.320, de 18 de março de 2020](#), que dispõe sobre concessão de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de São Paulo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>